

ENTRE A PESQUISA ADMINISTRADA E A PRÁTICA DO ARTESÃO: UMA AVENTURA, UMA VONTADE, UM PROJETO*

MARCUS AURELIO TABORDA DE OLIVEIRA**

Nesse ensaio compartilho com a comunidade, motivado pelo convite e pelo tema que os organizadores definiram para a minha participação no Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação realizado no Porto, em junho de 2016, algumas impressões de viagem sobre o que considero que deveria ser a *arte* de investigar. O contraponto entre pesquisa administrada e práticas de artesão é intencional, mas não pretendo me deter nos contornos atuais da burocracia acadêmica, uma das formas de confundir universidade, conhecimento e investigação. Essa talvez seja, para mim, uma preocupação residual mas não definirá o fulcro das minhas ponderações, embora entenda que estamos diante de duas sensibilidades distintas.

De início quero destacar que não estou entre àqueles que fazem a crítica ras-teira ao que chamam de «produtivismo», até porque, do ponto de vista intelectual, entendo que somos pouco produtivos. Aquela normalmente é uma crítica ressentida de quem se sente injustiçado sem o ser. Portanto, não considero essa «crítica» no meu argumento. Quando me refiro a duas sensibilidades me refiro a uma que apostaria no rigor, na criação e na renovação intelectual e a outra que aposta no que chamo de academização ou burocratização do pensamento.

* A primeira versão para leitura deste texto foi gentilmente comentada e criticada pela professora Ana Maria de Oliveira Galvão (UFMG) e pelo professor Alexandre Fernandez Vaz (UFSC). A versão lida durante o congresso foi criticada pelo professor Marcus Vinicius Carvalho (UFF). Com vistas a essa publicação foram feitos comentários estimulantes pelas professoras Eliane Marta Teixeira Lopes (UFOP), Natália Gil (UFRGS) e Fernanda Cristina Campos da Rocha (UFMG). A todos agradeço a disponibilidade para a leitura atenta e a disposição para o diálogo. Ocioso dizer que nenhum deles é responsável pelo que aqui está registrado.

** UFMG/CNPq-Brasil.

Não parto de um entendimento um tanto romantizado que as práticas artesanais não implicariam disciplina, esforço, trabalho, rigor. Nem mesmo esqueço que muito do que foi consagrado pela tradição como «arte» advém do trabalho árduo, da obrigação. Mas reconheço que o seu estatuto é muito diferente daquele que preside o nosso fazer de pesquisadores, hoje, na medida em que nossa condição é muito mais autônoma e deveríamos gozar de muito mais liberdade. No entanto, uma vez que nos pautamos nas lógicas que são definidas por agências, sistemas, indexadores e um conjunto muito vasto de «vontades» que parecem desencarnadas e tendem a matar a imaginação e a ousadia, parece que a heteronomia nos assalta. Acho que nos falta trabalho árduo, por questões que tentarei apresentar. Mas também sabemos que somos corresponsáveis pelo imperativo da pesquisa administrada, uma vez que do conjunto dos investigadores das diferentes áreas de conhecimento saem aqueles que definem políticas, critérios de publicação, formas de avaliação etc., nacionais e internacionais. Ou seja, olhamos pouco no espelho!

Assim, sem pretender ser original, e partindo da premissa que a pesquisa administrada tem solapado a nossa capacidade de produzir trabalhos melhores e mais significativos, vez que se pauta na quantidade, na pressa, na massa, no resultado e na fungibilidade, pretendo refletir sobre as condições de possibilidade de outras formas de investigar, tomando em consideração quatro elementos fundamentais: o tempo, o silêncio, a solidão e a capacidade de compartilhamento de experiências¹. Penso que são quatro elementos ou condições necessárias para que possamos ir além da tagarelice teoricista e da reiterada dependência descritiva da nossa base documental, algo tão marcante, hoje. Portanto, não farei balanços, tampouco pretendo discutir o estatuto atual da pesquisa em geral e da história da educação em particular.

Quero discutir o que fazemos e, mais, o que deixamos de fazer partindo do entendimento de que investigar é, antes de uma dimensão técnica, uma das muitas formas de explorar o mundo, de desenvolver o pensamento rigoroso e a vida criativa, tão ausentes, hoje, tempos nos quais o déficit de atenção e a hiperatividade parecem nos levar a uma hipostasia que deforma a experiência ou, ao menos, embota a experiência criadora, a qual implica ousadia e imaginação.

1. Para discutir essas condições parto de uma análise muito genérica do que vem sendo publicado atualmente pelo campo educacional, em geral, com maior destaque ao campo da História da Educação, na forma de artigos em revistas

¹ Não por acaso surgiu e circula o Manifesto Slow Science, que demonstra como uma parcela significativa de pesquisadores ao redor do mundo têm se incomodado com os rumos atuais da produção do conhecimento científico. <http://slow-science.org>.

especializadas, mas também da análise das teses e dissertações, projetos enviados para agências de fomento e por mim avaliados, coletâneas de livros etc. Meu foco é embaralhado, então, pelas diferentes possibilidades de olhar do professor, gestor, editor, avaliador, leitor, escritor, pesquisador, que tive oportunidade de ocupar em diferentes lugares e momentos. Mas parto também do desalento por observar uma capacidade de adaptação acrítica aos modelos hodiernos de gestão de pesquisa que pouco fomentam, penso, a capacidade investigadora. Certo de que privilegio a realidade brasileira, por com ela estar mais familiarizado, arriscaria afirmar que este é um problema transnacional, pelo menos se observarmos contextos como o português, o espanhol, o italiano e o latino-americano de modo geral, os quais conheço minimamente.

Não estou, assim, preocupado com clivagens segundo penso, enganadoras, tais como aquelas que defendem uma história cultural contra outras possibilidades historiográficas, ou uma história social como se essa fosse necessariamente politicamente mais engajada do que outras, para ficar em apenas dois exemplos. Independentemente das escolas ou tendências históricas às quais têm se filiado os pesquisadores do campo, considero que mais reiteramos do que problematizamos, mais copiamos do que produzimos, mais escrevemos do que pensamos. Por fim, mais publicamos do que investigamos... Se considero que investigar é uma arte, de imediato parto da preocupação, advinda da constatação de que temos perdido nossa capacidade de encantar, fruir, pensar, criticar, espantar, que a arte deveria permitir. Basicamente porque, no que se refere à investigação, temos perdido a nossa capacidade de fazer arte, de surpreender e se deixar surpreender, de imaginar, de ousar.

2. Investigar tem a ver com ignorância e curiosidade, com ousadia e imaginação. Estas nos impulsionam a querer saber mais sobre alguma coisa, a descobrir para, ao fim, compreender. Sem esse impulso vital pela busca da compreensão, muito se perde porque buscamos apenas no que os outros fizeram, ou nós fizemos há muitos anos, o que deveria ser o encanto do processo de descoberta. Claro está que daí não pode advir encanto! Ao nos tornarmos competentes, o que é importante, mas não basta, frequentemente solapamos a capacidade de encantar. Lembrando uma das muitas lições de Carlo Ginzburg,

Penso que não se deve ter medo de ser ignorante, e sim procurar multiplicar esses momentos de ignorância, porque o que interessa é justamente a passagem da ignorância absoluta para a descoberta de algo novo. Considero que o verdadeiro perigo está em nos tornarmos competentes².

² GINZBURG, 1990: 257.

Se somos ou deveríamos ser, ao fim e ao cabo, contadores de histórias, então não deveríamos perder de vista a dimensão lúdica impressa no ato de investigar³. Cada pista, cada sinal, cada contradição são os elementos anárquicos que buscamos ordenar para dar sentido à experiência. Decodificar a cultura urbana, a exemplo do que fez Walter Benjamin entre 1925 e 1934⁴, no seu conjunto de ensaios sobre as cidades, significa primeiro permitir-se nelas perder-se sem saber exatamente aonde leva cada caminho desconhecido. Significa esbarrar na multidão de pessoas e acontecimentos díspares e aparentemente desconexos, portadores de valências absolutamente desconhecidas para, de cada um desses encontros, podermos tirar o material e a motivação que nos permitirá superar alguns momentos de ignorância para mergulharmos no seguinte. Não é por outro motivo que muitas das obras que se tornaram referência para nós foram produzidas por autores ligados à literatura, às viagens, aos contatos físicos com documentos, lugares, pessoas, com o estranho e o diverso. Pois o estranhamento é condição básica da experiência de perder-se, tanto pelo que ele faz distanciar ou aproximar⁵. Esse estranhamento pressupõe, ainda, algo que pouco se faz, hoje: o levantamento cuidadoso e metódico da bibliografia, a sua leitura minuciosa para que se possa, ao fim, ser surpreendido pelo que os outros fizeram. Ao mesmo tempo essa prática cuidadosa, que implica em muito trabalho, nos exigiria cautela em relação à pretensa originalidade ou o ineditismo que a maioria vê nas suas próprias pesquisas⁶.

Se pretendemos conhecer, o que entendo por compreender, temos que ser capazes de observar. Sim, isso deveria ser um truísmo para todos nós, mas na medida em que explicações formais ou causais, descrição sem pensamento, pensamento

³ Entendo por «dimensão lúdica» justamente o interesse, o desejo de buscar conhecer simplesmente pela «necessidade» de conhecer, (des)velar o mundo. Se investigar é um trabalho árduo, os caminhos da investigação me parecem afeitos, também, a elementos de forte apelo lúdico, tais como a imaginação, a curiosidade, a criatividade, em um claro jogo com o desconhecido. Hoje investigamos para publicar, publicamos para auferir *status* e financiamento, alimentando um claro e perverso circuito utilitário do mercado acadêmico que pouco tem a ver com produzir bem, com qualidade, criativamente. Um exemplo literário do que seria essa aventura e o seu caráter lúdico nos foi oferecido por Isaías Pessotti, um acadêmico, sobretudo em *Aqueles cães malditos de Arquelau e O manuscrito de Mediavilla*.

⁴ BENJAMIN, 2013.

⁵ GINZBURG, 1998 [2001].

⁶ É surpreendente e chocante como vem se banalizando a publicação de capítulos e artigos, a apresentação de trabalhos em congressos, ou a confecção projetos nos quais os autores não fazem qualquer menção a outros autores ou trabalhos que trataram do mesmo tema, assunto, objeto. No caso de jovens pesquisadores isso pode ser atribuído à pressa, à falta de experiência e autonomia etc., ainda que não se justifique. No caso de pesquisadores tarimbados, experientes e, em tese, competentes, isso denota a negação de qualquer tipo de diálogo, seja por desconhecimento do que se vem produzindo – o que já é grave! –, seja pela necessidade de afirmar-se como alguém criativo, de vasto conhecimento e portador de originalidade, o que não é honesto. Seja por estratégia de autoafirmação, seja por má fé, essa prática é profundamente anti-intelectual, na medida em que não fomenta o livre, crítico, sério e necessário debate de ideias.

sem imaginação presidem as nossas formas de fazer, os produtos daí advindos só podem significar mais do mesmo. Não há estranhamento, não há ignorância, se perde o encanto... A aventura da investigação começa no sonho ou no devaneio de uma pergunta, uma inquietação, uma hipótese, uma dúvida, no pleno exercício da ignorância. Enfim, de uma curiosidade, de uma ousadia. A questão é, do ponto de vista da formação, indagar em que medida formamos bons pesquisadores se não fomentamos nos jovens esse encantamento pelo que é estranho, desconhecido, e os treinamos para seguir modelos empíricos ou explicativos.

Manejar amplos e complexos corpus documentais, conhecer bem bases teóricas e procedimentos metodológicos são condições necessárias, mas insuficientes, da pesquisa se não formos capazes de estranhar. Capazes de imaginar, de pensar e criar sobre e a partir de documentos, metodologias, teorias e mesmo da historiografia sobre aquilo que já pesquisamos. O exame metódico que devemos fazer de cada documento empírico ou teórico se refina se estivermos mobilizados pelo desejo de saber que com determinado material podemos contar uma história; nos situarmos no mundo a partir da nossa ação sobre ele, numa feliz expressão da professora Katya Braghini. O conhecimento histórico não existe até que sejamos capazes de nos perdermos no caos, de capturar evidências, analisar e refletir de modo a dar sentido também à experiência. Na medida em que, trôpegos pelas ruas das cidades, tombamos com o diferente e aparentemente inexplicável, captamos sinais, observamos vestígios; depositados em arquivos, bibliotecas, fundos, ruas, monumentos, cruzamos evidências, descobrimos possibilidades e nos evadimos do conforto de repetir.

Em um trabalho que considero uma referência obrigatória para o estudo das classes operárias no Brasil, Francisco Foot Hardman adverte:

Mas, numa obstinação cega contra as leis físicas de mortalidade dos eventos, manteremos acessa essa vontade de enxergar o filme para o qual chegamos atrasados. O historiador que optou pela história subterrânea, já quase-ficção, em que duendes são operários, a floresta uma cidade apinhada de rostos parecidos e o passeio e o som de flautas e harpas, os passos apressados rumo à fábrica, as passeatas e as greves, os tiros e gritos, está sempre carregando, como uma metodologia de algibeira, esta dose de utopia: é ela que o move atrás de livros, papéis e jornais; é ela que o faz de repente imaginar que descobriu o fio condutor da narrativa⁷.

O autor escrevia em um momento no qual a história do trabalho, no Brasil e na América Latina, ainda engatinhava nas sendas da história oficial. Mas a sua reflexão permite atualizar o ponto do encanto no qual a imaginação criativa opor-

⁷ FOOT HARDMANN, 2002: 270.

tunizada pelo pensamento rigoroso e pelo estudo metódico e disciplinado, nos oferece as condições para produzir o que quer que seja. Isso é investigar, segundo penso, e como tal não se confunde com a fábrica de *papers*, de artigos *Qualis* ou com a obsessão pela internacionalização que se tornou a pesquisa contemporânea, tampouco com a prática de formação em massa de agentes da repetição. Investigar, no limite, é criar! E a aventura de criar, se depende de trabalho árduo, repetitivo, às vezes chato; se depende de técnicas, não depende menos de imaginação, intuição e fruição. Elementos que certamente nossa capacidade técnica para fazer história tem deixado de lado.

Explorar a cidade é saber observar. É saber ouvir, olhar, tocar e se deixar inundar por aquilo que pode advir do nosso encontro com o mundo. É saber que se ignora e desejar superar o momento da ignorância. É, em última análise, deixar-se afetar pelas coisas, para do encontro com elas tentar compreender a trama do mundo. Por isso aquilo que chamamos de «projeto de pesquisa» deveria ser o ponto de chegada de elementos fundamentais baseados no desejo, na curiosidade, no estranhamento; na perplexidade, inclusive, produzida por aquilo que os outros já fizeram e que devemos conhecer... Portanto, ele seria um novo ponto de partida. Por sua vez, os resultados finais de uma pesquisa, por certo não são comparáveis à aventura de compreender. Trata-se, assim, de um processo, não de uma coisa, de um fato ou de um estado inerte. E, como processo, se renova constantemente com novas curiosidades, novas perguntas, novos estranhamentos. E é essa aventura permanente, mais que os resultados daí emanados, que configuram a experiência do «investigar»⁸.

3. Mas a pergunta que resiste é: sob que condições podemos pressupor que investigar seja um exercício de criação em um tempo constrangido pela indústria do *paper*? A resposta é difícil, dado que nos adaptamos de modo muito confortável às lógicas acadêmicas em detrimento da capacidade criadora que a investigação pressupõe. Mas quero pensar em quatro aspectos centrais que podem, quiçá, ser reconfigurados pelo menos por uma geração de pesquisadores tecnicamente qualificada e competente que desponta há alguns anos no nosso campo.

3.1. O Tempo, O Ócio

Não é difícil admitir que se perder na cidade, segundo a metáfora que venho utilizando, pressupõe fluidez e fruição do tempo, pressupõe a capacidade de «perder

⁸ Observe-se que nem sempre se chega a resultados. Os pesquisadores mais experientes fazem coincidir o ponto de partida com o ponto de chegada, fazendo profissão de fé teórica. Os mais jovens pouco concluem, talvez porque não tenham perguntas instigantes, interessantes e, sobretudo, claras.

tempo» e deixar o tempo passar. Uma das grandes reivindicações dos trabalhadores muito antes do surgimento da Associação Internacional do Trabalhadores, ou 1ª Internacional, em 1864, em Londres, era pela redução da jornada de trabalho. Os motivos eram os mais variados, indo da saúde, à preservação da família e à participação nas atividades da comunidade. Mas um elemento da reivindicação, primorosamente explorado por Edward Thompson⁹, na sua obra desde o estudo sobre William Morris, é a necessidade de tempo livre para cuidar das coisas menos pragmáticas da vida. As práticas das tavernas, das feiras de rua, de comemorações tradicionais se juntavam com a reivindicação do direito de ter tempo para conhecer, para explorar o mundo. O desejo e a necessidade de ler, de viajar, de conhecer mobilizou um significativo contingente de trabalhadores pela defesa de mais *tempo de não trabalho*, que se converteria, na virada do século XIX para o século XX, no que se chama, hoje, de tempo livre¹⁰.

Lembremos que William Blake, em seu *Canções da inocência e da experiência*, já em 1794, onde encontramos seus pungentes poemas sobre a infância nas chaminés, cotejava a morte perpetrada pelo nascente capitalismo industrial com a negação da dimensão lúdica da vida – não apenas da infância. Quase 100 anos depois, William Morris recuperaria aquela tópica em *Notícias de Lugar Nenhum* ao defender que as pessoas deveriam fruir o tempo de acordo com as suas necessidades e expectativas, pois só sob o controle do seu tempo se poderia criar verdadeiramente – inclusive a obra de arte. Não é demais lembrar o libelo *O direito à preguiça*, de 1880, de Paul Lafargue...

Ou seja, se a luta dos trabalhadores nas sociedades pré-industriais e industriais de diferentes matizes foi uma luta pela conquista do tempo, em diferentes casos essa conquista pressupunha o direito a se formar, a conhecer, a estudar... a investigar! Isso pode ser observado em um conjunto bastante disperso de periódicos, pedagógicos ou militantes, com os quais pude trabalhar, tais como o *Boletim de la Libre Institución de Enseñanza*, na Espanha, o jornal *O Pensamento Social* e a *Revista de Educação Social*, em Portugal, *El Grido del Popolo* e *Avanti!*, na Itália, *El Monitor de la Educación Común*, na Argentina e vários periódicos brasileiros, entre as quais *O Operário*, *O Confederal* e até um jornal oficial como o *Minas Gerais*¹¹.

⁹ THOMPSON, 1963 [1987]; THOMPSON, 1958 [1988].

¹⁰ CORBIN, 2001.

¹¹ A questão a ser enfrentada aqui se desdobra em outras. Não estou convencido que o *status quo* acadêmico se enxergue na história dos trabalhadores. Muito pelo contrário! Nem estou propondo que nos equiparemos a eles, na medida em que as nossas condições de vida e de trabalho são infinitamente melhores que a dos trabalhadores em geral, a começar pela nossa autonomia. Também não sei se mais tempo livre significaria uma melhora na nossa produção intelectual. Talvez muitos reclamem tanto apenas porque desejam trabalhar menos, e não produzir melhor, necessariamente. Entendendo produzir como pensar, investigar melhor... Seja como for, quero destacar que enquanto os trabalhadores historicamente

Com isso pretendo apenas problematizar o fato que nós, historiadores que nos ocupamos dos processos de formação, voltamos as costas para a história das lutas e conquistas dos trabalhadores e nos perdemos na burocracia acadêmica recheada de reuniões, comissões, pareceres, avaliações, atividades sociais em congressos, quando não sucumbimos a diferentes tipos de enfermidades que nos alijam a vontade de reconhecer a própria ignorância de modo a nos lançar na aventura investigativa. Sim, porque o adoecimento premido pelo esforço desmedido do trabalho também foi uma das principais causas das grandes lutas dos trabalhadores desde o começo do século XIX. Lembremos que a fadiga é um dos grandes males modernos e foi uma verdadeira obsessão durante todo século XIX e nas décadas iniciais do século XX¹². A fadiga mental, especificamente, foi objeto da psicologia experimental, da biologia, da fisiologia, da higiene e, com tônicas distintas, estava presente nos tratados de liberais, socialistas e anarquistas.

Talvez os mais novos pouco saibam disso, até porque a história do trabalho está fora de moda; e os mais velhos parecem ignorar esse amplo processo de reivindicação do tempo como uma condição básica para viver e conhecer melhor o mundo. Se disso nos afastamos, não nos resta outra alternativa que não seja a insípida forma de *papers* que conhecemos e alimentamos, hoje. Curioso que, fadigados, não conheçamos bem os mecanismos que produzem esse mal que atravessa um século¹³. Na verdade, conhecemos, mas preferimos aderir à lógica «publicar ou desaparecer», independentemente da qualidade daquilo que se publica...

Assim, o tempo livre ou disponível é uma condição para pensar com calma, pensar bem, com profundidade. Para exercer o rigor, a imaginação e ousar assumir a ignorância que pode nos levar a conhecer. Condição necessária, pois, para investigar!

lutaram por melhores condições de vida e de trabalho, nós nos adaptamos mansamente a um conjunto de pequenos e grandes poderes os quais fingimos que questionamos ou combatemos em detrimento da qualidade daquilo que fazemos.

¹² RABINBACH, 1992.

¹³ Recentemente a Universidade Federal de Minas Gerais instituiu uma Comissão para acompanhamento da saúde mental dos seus trabalhadores, docentes ou não. Na década de 1920, na Catalunha, a *Revista de Pedagogia e Psicologia Experimental* se preocupava com estudos científicos sobre os efeitos do trabalho e as maneiras para atenuá-los. Se hoje, separadas as duas iniciativas por quase 100 anos, observamos uma agenda política que defende que é preciso trabalhar mais tempo, que sejamos mais «produtivos», parece que estamos poucos preocupados com as causas do adoecimento, combatendo apenas os seus efeitos. Pouco ou nada se considera a possibilidade de trabalharmos menos e melhor, a despeito da revolução tecnológica que permitiria um maior e melhor usufruto do tempo. Com isso cristalizamos o entendimento que o trabalho é apenas e tão somente produtividade, danação, sacrifício, e não uma possibilidade de produção criativa da vida, como sugeriu Hannah Arendt (ARENDR, 1958 [2014]). Daí não ser de estranhar que uma universidade bastante competitiva como a UFMG esteja preocupada com a afetação da saúde mental dos seus trabalhadores, sem questionar as estruturas que levam ao agravamento daquele quadro.

3.2. Silêncio

A capacidade de análise, motivada pela ignorância e pela curiosidade, exige reflexão e pensamento rigoroso, que por sua vez pressupõe um ambiente favorável ao seu exercício. Pressupõe tempo e pressupõe silêncio. Não o silêncio do asceta, quase absoluto de uma mônada. Mas o silêncio que não é ferido pela dispersão hipertecnológica dos dias atuais, ou pelo ruído das nossas rotinas acadêmicas.

A tagarelice, «...incomensuravelmente ruidosa e vazia...» denunciada por Benjamin no seu ensaio sobre Marcel Proust, é fruto de um pensamento pouco rigoroso, que abre mão de refletir com cuidado sobre a diversidade de experiências para antecipar-se no enquadramento do mundo. Essa, sim, produziria um isolamento – existencial, cultural, social – que o crítico caracterizava como «solidão»¹⁴. Investigar e conhecer implicam na capacidade de recolhimento e distanciamento, às vezes simplesmente existencial, mas muito frequentemente físico, que reivindica o silêncio como uma necessidade. Mais do que lugares «sagrados», ou até mesmo porque tenham assumido esse caráter, arquivos, bibliotecas e outros espaços aos quais recorreremos para investigar, não o são simplesmente porque estão revestidos de uma aura sacra. Mas justamente porque o recolhimento ao silêncio pressupõe um mergulho profundo na aventura que é a passagem da ignorância para a compreensão¹⁵.

Nesse sentido, Christopher Türcke, não por acaso um filósofo das religiões e das sensações, denuncia o atual momento como aquele no qual também o mundo do conhecimento foi assaltado pelo *Transtorno do Déficit de Atenção e da Hiperatividade – TDAH*, que ele caracteriza como «cultura do déficit de atenção»¹⁶. Em um mundo ruidoso, no qual o fetiche da tecnologia com toda a sua parafernália de imagens e ruídos preside as ações cotidianas, é cada vez mais difícil encontrar espaços onde a experiência do silêncio seja uma âncora segura para a aventura de investigar. Normalmente as nossas instituições são pródigas em produzir barulho, e o deslocamento sistemático para lugares ainda preservados dos ruídos do mundo esbarra justamente no aspecto anterior destacado, o tempo que dispomos para investigar bem. Mesmo na já aludida experiência de perder-se na cidade, o fechamento de canais que «contaminem» a possibilidade de afetação é uma condição básica de escrutínio do mundo. Nossa capacidade de decodificar sinais, selecionar em uma ampla gama de possibilidades aquilo que é potência e aquilo que é barulho

¹⁴ BENJAMIN, 1929 [1994]: 46.

¹⁵ Um pequeno exemplo, mas que parece emblemático, me foi oferecido por uma aluna que alegava não ter onde desenvolver o seu trabalho de pesquisa. Quando sugeri que ela usasse uma das muitas bibliotecas da universidade, ela me respondeu que não recorria às bibliotecas porque elas eram lugares muito silenciosos nos quais não poderia usar o telefone celular.

¹⁶ TÜRCKE, 2015.

lho, implica reconhecer que o silêncio não é o mesmo do que a ausência de ruído, simplesmente, mas um recolhimento necessário e solitário para que os sinais do mundo sejam significativos à nossa capacidade perceptiva. Essa afetação dos sentidos pelo mundo é, pois, seletiva, e condição para que o pensamento criativo e rigoroso se imponha.

Ora, como podemos enfrentar o aparente silêncio da nossa documentação se não somos capazes de escutar com acuidade as possibilidades que elas anunciam? Como podemos imaginar a potência das nossas fontes se não nos permitirmos um recolhimento e uma capacidade de escuta que permita esgarçar todos os seus sentidos possíveis? Como podemos compreender bem a teoria se nos satisfazemos com orelhas de livros e resenhas da Wikipédia e não dedicamos tempo e empenho para mergulhar nas formas como os autores formularam suas reflexões? Entendo que o silêncio seja condição para refletir, analisar, ensaiar a compreensão, tarefas necessárias e determinantes do ato de investigar. Todo exame metódico depende de alguns bons e significativos momentos de silêncio... Como escreveu em sua oração o operário Manoel Rosa da Silva, sócio da União Operária Beneficente de Diamantina, em Minas Gerais «...a grande fecundação se faz no silêncio»¹⁷.

3.3. Solidão

A solidão a que me refiro não é aquela da mônada que não tem janelas para o mundo. Mas daquele que é capaz de distanciar-se para observar, sem se imiscuir no seu emaranhado. Isso não pressupõe uma falsa neutralidade ou objetividade, ou o isolamento do mundo, mas a capacidade de deixar surpreender, temporal e geograficamente, pelas coisas que estão ao alcance dos sentidos.

Para Hanna Arendt,

*A rigor todo ato de pensar é feito quando se está a sós, e constitui um diálogo entre eu e eu mesmo; mas esse diálogo dos dois-em-um não perde o contato com o mundo dos meus semelhantes, pois eles são representados no meu eu, com o qual estabeleço o diálogo do pensamento*¹⁸.

Na propensão à massificação que assistimos hoje, não apenas no âmbito acadêmico, temos o sinal de que alguma coisa se perdeu em relação ao recolhimento, fundamento necessário para o escrutínio da experiência. Lembro uma passagem de Edward Thompson na qual ele dizia estar sob a luz de um candelabro, à meia noite, diante de cinco mil páginas de documentos, sem saber o que fazer... Bem, todos sabemos o que ele fez... Ou Walter Benjamin, que muitos consideram fazer uma

¹⁷ *Apud* FOOT HARDMAN, 2002: 367.

¹⁸ ARENDT, 1951 [2006]: 528.

memória da infância, mas que na verdade fazia uma história social da Alemanha da sua infância a partir do mergulho na memória, no isolamento do ser ignorante, como lembra Alexandre Fernandez Vaz.

Investigar é um trabalho solitário. Seja porque os nossos problemas e motivações não se confundem com os dos outros, seja porque as formas de ler, interpretar e apropriar são sempre subjetivas, ainda que mediadas, seja porque o conjunto das nossas experiências singulares definirá as maneiras como vamos apropriar o mundo. Nesse sentido como podemos ousar se somos conduzidos pela mão «invisível» do mercado acadêmico? Como podemos imaginar se alguém já imaginou por nós? Como podemos exercer a ignorância se alguém já nos disse como e o que deve ser feito, e qual o resultado ao qual devemos chegar? Como podemos conhecer se não lemos, lemos, lemos...; escrevemos, escrevemos, escrevemos...; pensamos, pensamos, pensamos...?

A solidão é aquela experiência que nos permite nos havermos com os influxos do mundo. Permite que superemos a tentação de simplesmente repetir, tagarelar, copiar, reafirmar. Ajuda a combater a falta de reflexão, a ter rigor na problematização, a exercer uma autonomia que vá além dos orientadores, editores, indexadores ou agências de fomento. Permite-nos lançar-nos sobre o desconhecido, confrontar interpretações, ousar a duvidar, pensar o próprio pensamento. Permite perguntar, dialogar, confrontar, abandonar, rever. Permite, enfim, o exercício metódico da ignorância que ilumina o ato de investigar e a possibilidade de conhecer.

Penso que o mergulho nesse espaço-tempo que deveria ser inviolável é uma proteção contra todas as formas de profissão de fé teóricas, historiográficas, metodológicas. Porque a capacidade de duvidar também da teoria, e mesmo de determinadas formas de produzir conhecimento histórico, só pode se dar na medida em que nos inquietamos com relação àquilo que é confortável: uma moda acadêmica, um autor *best-seller*, ou uma referência tornada sagrada e, portanto, para alguns, inquestionável. É ela, combinada com o tempo e o silêncio, que nos permite dar ordem ao caos da experiência, na medida em que juntamos cacos e compreendemos porque as coisas foram como foram, e não porque não foram como «gostaria» qualquer teoria.

A solidão, tão pouco estimulada pelas nossas instituições, entidades e práticas contemporâneas é, enfim, condição de possibilidade de um ato tão autoral como o ato de investigar. Ela não significa ser solitário, estar isolado do mundo ou dos outros, mas deles afastar-se para elaborar a nossa própria experiência. Percorrendo as ruas das cidades, em meio a uma ruidosa confusão de vozes e movimentos, ainda assim posso mergulhar em uma experiência de solidão que permite que eu me sinta distante a ponto de capturar a multiplicidade de experiências que me cercam e afetam. Mesmo em meio à falta de silêncio a solidão pode ser uma realidade.

Assim, aprender com a experiência dos outros é uma condição necessária da vida intelectual. Mas o aprender é, antes de tudo, parte de um processo de auto-determinação consciente sobre as quais nossas práticas atuais pouco refletem. Daí que silêncio e solidão se completam, mas não se confundem. São duas das condições para que possamos abrir os caminhos em direção ao encontro com aquilo que nos é estranho.

3.4. Compartilhamento: andar junto

Tratados dessa forma os aspetos anteriores, podemos induzir à ideia de que investigar é um ato de distanciamento do mundo. Em alguma medida estou convencido que sim... Mesmo que no afã de comunicar as formas pelas quais chegamos a determinados resultados possamos produzir boas indicações metodológicas, alguma coisa de muito pessoal sempre escapará ao escrutínio da comunidade, mas permanecerá vivo para nós como memória de um processo. Mas é justamente pelo exercício pleno daquelas três condições anteriores que podemos afirmar que investigar, a rigor e por fim, implica também em andar junto. Trata-se, enfim, de exercitar a possibilidade e capacidade de ter silêncio, estar em solidão, mas não ser solitário.

Não penso aqui nos grandes eventos que, em muitos casos, mais obliteram do que fomentam o diálogo. Mas se a aventura de investigar pressupõe tempo, silêncio e solidão, também pressupõe em algum momento o compartilhamento de experiências.¹⁹ Porque, afinal, mais do que diálogos historiográficos, essa prática nos abre novas janelas para a renovação da nossa ignorância. Daí a necessidade de velhos e novos pesquisadores conhecerem em profundidade aquilo que já se produziu sobre o que se pretende investigar. Daí a necessidade de escuta atenta e de leitura dedicada. E com isso realimentamos a vontade de descobrir, de compreender, compartilhando dúvidas, achados, lacunas, tendo mais uma vez paciência para ouvir e ousadia para testar. Coragem para duvidar e capacidade para reconhecer que existem muitas formas de estar no mundo. Portanto, muitas são as formas possíveis de interpretar e compreender o mundo.

Sem esse exercício nos fechamos na bolha das nossas próprias «verdades» ou daquelas dos grupos aos quais nos filiamos, deixando de examinar a experiência como multifatorial, polissêmica, polifônica. Na dimensão lúdica que está implicada

¹⁹ Pouco consideramos que atos não tão simples como ler e escrever dependem dessas três condições. Menos ainda consideramos que o trabalho intelectual exige um contato permanente com diferentes formas de produção intelectual, artística ou artesanal. Quando dedicamos nosso tempo, nossa solidão e nosso silêncio apenas para ler teses, emitir pareceres, corrigir trabalhos, fazer relatórios, sem travarmos contato com outras formas de produção da cultura, já denunciemos a miséria da nossa condição. Como se pode falar de investigação e produção do conhecimento se não lemos ou escrevemos poesia e literatura, assistimos filmes, produzimos arte/artesanato, viajamos, dançamos ou cozinhamos?

a possibilidade de contar histórias poderíamos nos portar como viajantes, entre lívidos e altivos, que se veem diante do desafio de comunicar-se com o estranho. Nossa capacidade de observar o emaranhado do mundo nos abriria desafios para outros mundos inquietantes, ignorados, talvez incompreensíveis. Dessa forma o simples prazer e o inquietante desafio de compartilhar a aventura do conhecimento, já configuram um inigualável e, para mim, necessário momento de investigar, tomado como um encontro com o que com quem de nada se sabe.

CONCLUSÃO

Parece-me claro que hoje estamos diante de um *frisson* pela produção de novas demandas, o que constantemente gera mais fadiga. Logo, observamos o choque entre duas sensibilidades, com a conseqüente afetação da qualidade da nossa produção. Até porque, segundo penso, umas das opções em jogo é, na verdade, «anti-investigativa». A pergunta é o quanto estamos dispostos a substituir essa lógica de trabalho febril que assaltou o mundo da pesquisa, por uma forma de trabalho que represente uma tentativa de produção mais criativa da vida. Não estou convencido que todos queremos. Porém, entendo que este é um desiderato político se considerarmos que o pensamento criativo e rigoroso que deveria motivar a investigação não deveria ser constrangido pela lógica do pensamento único e administrado tão evidenciado, hoje, não apenas no campo da História da Educação.

Mas considero que muito do sentimento de insatisfação que temos observamos se deve em larga medida ao fato de nos termos deixado enredar por uma forma acadêmica, burocrática e pouco intelectual de pesquisa. Além dos problemas crônicos de (má)formação, nos ressentimos da falta de trabalhos de base que sirvam como índice seguro para estimular a aventura que é investigar. Burocratizamos a pesquisa e abrimos mão de perguntas, da leitura, do trabalho metódico, do rigor, mas também da inquietação, da ousadia, da imaginação, da capacidade de assumir a própria ignorância como virtude e desafio de quem investiga.

Talvez não tenhamos muito o que fazer frente a essa tensão entre duas sensibilidades distintas em relação ao que é investigar, sobretudo se ela se converte em pensamento único. Por isso mesmo substituí este ensaio «uma aventura, uma vontade, um projeto». Como tal, o que entendo por investigar se insere no campo das possibilidades... Mas nesse caso gosto de lembrar da contraposição feita por Maikóvski entre a revolução e a arte revolucionária soviética. Em *A aventura insólita que viveu V. Maiakóvski quando de sua estada na datcha*, traduzido por Augusto de Campos, o poeta toma o Sol, seu interlocutor, como exemplo acabado de ócio.

Na sua solidão, no seu silêncio, o seu papel é brilhar, não mais que isso! Para mim a aventura do conhecimento é tanto mais relevante quanto mais sejamos capazes de iluminar a nossa ignorância com inquietação, ousadia e autonomia, desestabilizando certezas arraigadas. Não sem muito trabalho, mas tomados de estranhamento e perplexidade. Isso, para mim, é arte. Isso é, enfim, investigar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDT, Hannah (1951 [2006]) – *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- (1958 [2014]) – *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense.
- BENJAMIN, Walter (1929 [1994]) – *A imagem de Proust*. In BENJAMIN, Walter – *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense.
- (2013) – *Imagens de pensamento*. Belo Horizonte: Autentica.
- CORBIN, Alain (2001) – *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema.
- FOOT HARDMAN, Francisco (2002) – *Nem pátria, nem patrão!* São Paulo: UNESP.
- GINZBURG, Carlo (1990) – *História e cultura: entrevista*. «Estudos Históricos», vol. 3, n.º 6. Rio de Janeiro, p. 254-266.
- (1998 [2001]) – *Olhos de madeira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RABINBACH, Anson (1992) – *The Human Motor: energy, fatigue, and the origins of Modernity*. California: University of California Press.
- RANCIERE, Jacques (2000 [2005]) – *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- THOMPSON, Edward (1958 [1988]) – *William Morris: de romântico a revolucionário*. Valência: Alfons el Magnanim.
- (1963 [1987]) – *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, vol. 3.
- TÜRKHE, Christoph (2015) – *Cultura do déficit de atenção*. «Serrote». São Paulo: Instituto Moreira Salles, p. 51-61.
- WILLIAMS, Raymond (1991) – *Cultura*. São Paulo: Zahar.
- (2011) – *A política do modernismo: contra os novos conformistas*. São Paulo: UNESP.